

AÇÚCAR E ESCRAVIDÃO EM CAMPINAS, 1765 A 1850

Paulo Eduardo Teixeira¹

Professor Doutor da Universidade Estadual Paulista (UNESP)

ptmarilia@gmail.com

RESUMO

A partir da expansão da cana-de-açúcar em São Paulo durante o final do século XVIII e início do século XIX, o povoamento do Oeste foi transformando a fronteira do interior paulista, intensificando a presença humana nessa região. A chegada de pessoas livres e escravas foi o resultado de um processo amplo, em que fatores econômicos, políticos, e sociais, trouxeram mudanças significativas para a região, transformando-a no eixo principal da economia escravista da Província de São Paulo. A fim de avaliarmos o impacto dessas transformações, nosso objetivo foi estudar as estruturas demográficas e a posse de escravos em Campinas, de 1765 a 1850, utilizando como principal fonte documental as *Listas Nominativas de Habitantes*.

PALAVRAS-CHAVE: Economia açucareira; escravidão; demografia histórica; posse de escravos; São Paulo - Brasil.

Sugar and Slavery in Campinas, from 1765 to 1850

ABSTRACT

Starting from the expansion of the sugar cane in *São Paulo* during the end of century XVIII and beginning of century XIX, the settlement of the west was transformed the border of the interior *paulista*, intensifying the human presence in that area. The free and slave people's arrival were the result of a wide process, in that factors economical, political and social, brought significant changes for the region, transforming the area in the main axis of the slavery economy from the Province of *São Paulo*. In order that we evaluate the impact of those transformations, our objective was to study the demographic structures and the slave's ownership in Campinas, from 1765 to 1850, using as the main documental source the *Nominative Lists of Inhabitants*.

KEY WORDS: Sugar economy; slavery; historical demography; slave ownership; São Paulo - Brazil.

¹ Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus Marília, e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma instituição. Email: paulo.teixeira@unesp.br



1 - INTRODUÇÃO

O crescimento da produção de açúcar na Capitania de São Paulo deveu-se a uma política de exportação bem dirigida pelos capitães gerais que aproveitaram a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior durante os anos de 1765 até 1808, período que aumentou o movimento dos portos paulistas, especialmente o da vila de Santos (Petrone, 1968, p. 140, 141 e 151).

Dois outros aspectos que estimularam a produção de açúcar em São Paulo foram, para Peter Eisenberg (1989), a guerra de independência das colônias anglo americanas (1776-82), e a guerra de independência e revolução social na colônia francesa de *Saint Domingue* (1791-1804). Estes fatos geraram a desorganização do mercado mundial de açúcar e acarretaram uma alta nos preços do produto por vários anos, estimulando, portanto, os produtores do Oeste paulista, uma vez que nessa época o açúcar se constituía um dos mais importantes artigos de comércio entre as nações.

Se não podemos negar a influência externa, como sendo fundamental para o desenvolvimento da lavoura comercial, o estabelecimento de uma estrutura portuária e de caminhos de ligação também foram essenciais. As notícias que vinham da Europa não poderiam ecoar na Capitania paulista se esta não se encontrasse nas condições mínimas para a produção e seu escoamento.

O papel da restauração de São Paulo em 1765 foi bem mais amplo do que se costuma imaginar, ultrapassando os desígnios militares e visando ao estabelecimento de um povoamento sólido, através do qual poderia fixar uma economia baseada na agricultura comercial. As sucessivas ações governamentais prepararam uma infraestrutura que possibilitou a exportação de diversos produtos, como mostram alguns mapas de cargas de navios que partiram rumo aos portos europeus, porém o açúcar brasileiro foi agraciado com as altas dos preços que fizeram dele o principal produto na pauta de exportação da Capitania até a primeira metade do século XIX. E a luta por concentrar a população dispersa, ao lado do incentivo ao crescimento populacional foram fatores determinantes para a reconstrução da Capitania.

O resultado da política iniciada pelo Morgado de Matheus para a capitania de São Paulo foi de uma transformação socioeconômica muito significativa, com o



surgimento de novos núcleos populacionais e a passagem de uma economia baseada na agricultura de subsistência à exportação de açúcar. Para ilustrar esta situação basta vermos, pelos recenseamentos, que até 1769 o chamado Oeste Paulista tinha apenas duas vilas, Itu e Jundiaí, e que a partir deste ano até 1836, surgiram as vilas de Mogi Mirim, Porto Feliz, Campinas, Piracicaba, Araraquara, Capivari e Franca, segundo Daniel Pedro Müller (1978, p.57-66).

2 - ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS DE CAMPINAS:

O BAIRRO, A FREGUESIA E A VILA.

A atual cidade de Campinas teve seu princípio a partir da formação de um pouso destinado àqueles que percorriam o caminho que ligava a cidade de São Paulo a região das minas de Goiás. Essa estrada, segundo Saint-Hilaire (1976, p. 83), se estendia “quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais”, passando por Jundiaí, Campinas, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Casa Branca e Franca. Outro viajante, o pastor Kidder, após deixar para trás a capital da Província em 1839, e seguir rumo à Campinas, descreveu a entrada desse caminho da seguinte maneira:

O caminho desenvolvia-se por entre morros e vales, apenas de raro em raro proporcionando uma visão mais ampla. Cada curva da estrada parecia nos levar mais para o âmago de um vastíssimo labirinto repleto de belezas vegetais, apenas levemente tocados, aqui e acolá, pela mão do agricultor. (Kidder, 1980, p. 233).

Se perto da metade do século XIX, o visitante pôde contemplar poucas roças ao longo do caminho, imaginemos o que não teria sido isto por volta de 1740 quando foram distribuídas as primeiras datas de sesmarias na região de Campinas. Para se ter uma ideia mais próxima, o recenseamento da população do “Bayrro do Mato Groço Cam.º de Minaz”, futura vila de Campinas, mostra que a dita localidade pertencia à vila de Jundiaí



no ano de 1767, e que era composta por 53 domicílios, ou fogos.² Porém, a vida política de Campinas inicia uma mudança em 1774, quando a mesma atinge sua autonomia religiosa ao estabelecer a freguesia de N. Sra. da Conceição das Campinas, e para, ao final do século XVIII, exatamente no ano de 1797, estabelecer a independência política em relação à Jundiaí, tornando-se uma vila, batizada com o nome de São Carlos. Assim, temos traçado os três períodos aludidos acima, o bairro, que compreende o momento anterior a 1774, a freguesia, que se inicia neste ano e se estende até 1797, e finalmente a vila, que findou em 1842, quando, então, seu nome de origem voltou a ser restaurado, e nasceu a cidade de Campinas.

A tabela 1 nos dá uma radiografia dos anos de formação e consolidação da vila de Campinas, através da indicação do número de domicílios, da população total encontrada nas listas nominativas ou censos, como também são conhecidos estes documentos, e do número médio de habitantes em cada domicílio.

TABELA 1
População Total, Campinas: 1767 - 1829

<i>ANO*</i>	<i>N.º Total de DOMICÍLIOS</i>	<i>N.º Total de HABITANTES</i>	<i>N.º Médio de Pessoas por DOMICÍLIOS</i>
<i>1767</i>	53	268	5,1
<i>1770</i>	59	261	4,4
<i>1774</i>	57	475	8,3
<i>1778</i>	67	448	6,7
<i>1782</i>	93	560	6,1
<i>1786</i>	111	691	6,2
<i>1790</i>	177	1.138	6,4
<i>1794</i>	249	1.862	7,5

² Fogo é o termo encontrado nas Listas Nominativas de Habitantes e designa o domicílio.



1798	368	2.508	6,8
1814	717	5.593	7,8
1829	950	8.545	8,9

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth [AEL] – UNICAMP).

*Os dados para o ano de 1798 foram coletados em EISENBERG, 1989, p.358.

Considerando toda a população, verificamos pela tabela 1 que mesmo incluindo os escravos, a média de pessoas por domicílio nunca foi grande, em todo o período. Nesse sentido, Campinas, mesmo com a crescente entrada de escravos a partir de 1780, manteve a média de habitantes pouco acima da encontrada por Marcílio (2000) para toda a Capitania de São Paulo. Ao observarmos os anos de 1767/70 e 1774/78 notamos uma ligeira queda no número total de habitantes, entretanto, se levarmos em conta que houve um pequeno aumento do número de domicílios nestes intervalos pode-se afirmar que a queda foi maior, afetando, inclusive, a média de moradores por domicílio que decresceu respectivamente de 5,1 para 4,4 e, de 8,3 para 6,7. Isto nos alerta para a mobilidade espacial das pessoas, e até mesmo para o exercício de certas atividades visto que os indivíduos permaneciam temporariamente longe de seus lugares de origem. Entretanto, como já dissemos, a partir de 1780, as taxas de crescimento foram sempre positivas, e o cálculo da taxa geométrica anual média de crescimento entre 1778 e 1798 foi de 8,9%, valor muito expressivo se comparado ao de Lorena, no Vale do Paraíba, que alcançou 1,8% durante o mesmo período (Marcondes, 1998, p.56). O intervalo precedente demonstrou um ritmo de crescimento menor, e a taxa geométrica anual média entre 1798 e 1829 foi de 4,1%.

A partir da última década do século XVIII Campinas passou a ter um crescimento populacional cada vez maior, no entanto cabe frisar que, em grande medida, isto se deveu à expansão da lavoura canavieira, atraindo não só as pessoas de condição livre como também incentivou a entrada maciça de cativos na região. Vejamos a tabela 2:



TABELA 2

**Distribuição da População Total por Condição Social
Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829**

<i>ANO</i>	<i>CONDIÇÃO SOCIAL</i>			
	<i>LIVRES</i>		<i>ESCRAVOS</i>	
	<i>Números</i>	<i>%</i>	<i>Números</i>	<i>%</i>
<i>1774</i>	388	81,7	87	18,3
<i>1794</i>	1.364	73,3	498	26,7
<i>1814</i>	3.700	66,2	1.893	33,8
<i>1829</i>	3.746	43,8	4.799	56,2

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Como podemos notar, até 1814, a entrada de livres foi muito importante para o crescimento demográfico da vila campineira em termos absolutos, por exemplo, dos 527 chefes de domicílio que declararam a naturalidade, apenas 67 eram nascidos em Campinas (Teixeira, 2004, p. 117). Por outro lado, o aumento relativo da população cativa foi, paulatinamente, se tornando mais expressivo, a ponto desse grupo se tornar majoritário em 1829. Sobre este momento Slenes (1998, p.17) afirmou que “açúcar e escravidão rapidamente tornaram-se praticamente ‘sinônimos’ em Campinas e o crescimento da população cativa foi explosivo: em torno de 18% ao ano entre 1789 e 1801, e 5% ao ano entre 1801 e 1829.”

Estas transformações indicadas acima proporcionaram mudanças significativas nas principais atividades exercidas pelos chefes de domicílio entre 1814 e 1829, e notamos que um grande número de agricultores e lavradores deixou de exercer essa atividade. Em 1814, eles somavam 291 chefes de domicílio, correspondendo a 55,3% do total que havia declarado sua ocupação, sendo que, em 1829, não chegaram a 31%, com 167 chefes de domicílio. Ao comentar esse movimento em declínio do número de fogos de agricultores em face do aumento do número de domicílios, Valter Martins (1996, p. 38) sugeriu que “o crescimento da população caminhou em direção a outras atividades que não a agrícola.”



Sem dúvida, houve aumento do número de negociantes e daqueles que viviam de costura, venda, agências, prestação de serviços e jornais de escravos. Cresceu também o número de senhores de engenho; por exemplo, de Itu, pelo menos desde 1814, vieram representantes das principais famílias desse ramo de atividade.

Estudando a questão da herança em Campinas durante esse período, Dora Paiva da Costa notou que

(...) havia tendência à alta da pressão de recursos fundiários no município em foco, associada à presença da fronteira aberta, ao aumento do grau de capitalização da agricultura que se tornava mais mercantilizada (Costa, 1997, p. 116).

A terra tornava-se mais valorizada, e não apenas as áreas de solo bom, mas aquelas destinadas ao fornecimento de madeira para as caldeiras dos engenhos, como demonstrou Miller (1995) em estudo sobre o uso da madeira na Bahia colonial. A concentração de terras pelos grandes senhores de engenho passava, não só pelo fato de quererem a ampliação da produção, mas também como forma de garantirem os meios para se efetivar essa produção.

Observando a tabela 3, vemos que de 353 produtores de milho em 1814, eram agricultores 314, sendo que a maioria deles (162) representava um grupo de produtores que detinham uma produção anual acima de 100 alqueires. Para termos uma ideia disto, basta dizer que no ano de 1822, em Rio Claro, Warren Dean (1977) calculou que a maioria dos agricultores plantava em média 83 alqueires, enquanto em Campinas a média desse grupo era de 210 alqueires. A produção total da vila em 1814, indicada pelos censos, foi de 50.586 alqueires.³

³ A medida correspondente para o alqueire diverge entre alguns autores: para Lisanti Filho (1973), é de 13,8 litros; para Friedrich Von Weech (1992), corresponde a 13 litros; e José Lemos Brito (1980) assegura que seu valor é de 36,36 litros.



TABELA 3

Produção Agrícola de Milho dos Chefes de Domicílio pelo Tipo de Atividade.
Campinas: 1814.

ATIVIDADE	FAIXA DE PRODUÇÃO*				TOTAL
	1-49	50-99	100-999	+1000	
<i>Sr. Engenho</i>	0	1	20	2	23
<i>Administrador</i>	0	0	3	0	3
<i>Planta Cana</i>	0	2	3	0	5
<i>Agricultor</i>	72	80	162	0	314
<i>Lavrador</i>	4	2	1	0	7
<i>Indefinido</i>	0	0	1	0	1
<i>Total de Produtores</i>	76	85	190	2	353
	21,5%	24%	53,9%	0,6%	100%
<i>Total da Produção</i>	2.198	4.898	39.890	3.600	50.586
	4,3%	9,7%	78,8%	7,2%	100%

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Obs.: A produção foi dada em alqueires.

Comentando acerca da vinda da família real ao Brasil, Eisenberg (1989) disse que o Rio de Janeiro tornou-se um importante centro consumidor do açúcar de Campinas e, pelo que podemos perceber, por outros produtos, como o milho, a ponto de senhores de engenho cultivarem esses produtos em larga escala.⁴

4 O milho, o feijão e o arroz foram largamente cultivados em Campinas nesse período, e o uso do milho foi extremamente valioso no cardápio diário da população, segundo Antonio Candido (1979). Além do uso do milho na alimentação humana, temos que destacá-lo também como produto fundamental para a criação de animais.



A diminuição da produção de milho em 1829 (cf. Tabela 4) está diretamente relacionada à queda do número de produtores, uma vez que a média de produção por domicílio permaneceu em torno de 150 alqueires.

A saída dos senhores de engenho desse grupo de plantadores de milho não quer dizer que tenham parado de cultivar o produto, mas que, nesse momento, a sua produção era apenas destinada ao gasto, pois, como veremos, foi na produção do açúcar que se concentrou a atenção deles.

Assim como o milho, o mesmo aconteceu com o feijão e o arroz, embora a média de produção por domicílio tenha ficado estável. Eram alguns poucos senhores de engenho os responsáveis pela maior parcela da produção, e neste caso a saída de agricultores desse grupo de plantadores teve impacto menor no total da produção.

TABELA 4

Produção Agrícola de Milho dos Chefes de Domicílio pelo Tipo de Atividade.

Campinas: 1829.

<i>ATIVIDADE</i>	<i>FAIXA DE PRODUÇÃO*</i>				<i>TOTAL</i>
	<i>1-49</i>	<i>50-99</i>	<i>100-999</i>	<i>+1000</i>	
<i>Agricultor</i>	14	20	36	0	70
<i>Lavrador</i>	10	10	10	0	30
<i>Tropeiro</i>	0	0	7	1	8
<i>Venda</i>	0	1	2	0	3
<i>Total de Produtores</i>	24	31	55	1	111
	21,6%	27,9%	49,6%	0,9%	100%
<i>Total da Produção</i>	709	2.055	12.045	2.000	16.809
	4,2%	12,3%	71,6%	11,9%	100%

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).



Quanto ao açúcar, o principal produto de comercialização, sua produção em 1814 era realizada por 58 produtores, sendo que alguns engenhos eram dirigidos por administradores de senhores de engenho que moravam em outras localidades, como São Paulo e Itu.

TABELA 5
Produção Agrícola de Açúcar dos Chefes de Domicílio pelo Tipo de Atividade.
Campinas: 1814.

<i>ATIVIDADE</i>	<i>FAIXA DE PRODUÇÃO*</i>			<i>TOTAL</i>
	<i>1-499</i>	<i>500-999</i>	<i>1.000-4.999</i>	
<i>Sr. Engenho</i>	26	9	11	46
<i>Administrador</i>	0	3	3	6
<i>Planta Cana</i>	6	0	0	6
<i>Total de Produtores</i>	32	12	14	58
	55,1%	20,7%	24,2%	100%
<i>Total da Produção</i>	7.040	8.570	17.300	32.910
	21,4%	26,1%	52,5%	100%

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Obs.: A produção foi dada em arrobas.

A tabela 5 mostra que, no ano de 1814, a maioria dos senhores de engenho e daqueles que plantavam cana compunham um grupo de pequenos produtores, enquanto apenas 14 domicílios eram responsáveis por mais da metade da produção do açúcar, que chegou a 32.910 arrobas, o equivalente a 483.777kg.⁵

⁵ O valor adotado para a conversão da arroba foi de 14,7 kg, aceito por Lisanti Filho (1973) e Lemos Brito (1980), enquanto para Weech (1992) o valor seria de 11,67 kg.



Em 1829, a produção de açúcar alvo, redondo e mascavo chegou a 120.195 arrobas, ou seja, em 15 anos a produção quase quadruplicou. A tabela 6 ilustra a produção desse grupo de produtores.

Analisando os níveis de produção, vimos que no período entre 1814 e 1829, Campinas passou por um processo de concentração de riqueza, e que no caso específico dos pequenos produtores, estes tiveram uma queda na participação do total da produção de açúcar. Os pequenos fabricantes, que eram maioria (55,1%) em 1814, passaram a constituir uma parcela mais restrita desse já seletivo grupo, com 26,5% dos produtores de açúcar em 1829. Ao comparar a produção, a diferença é ainda maior, pois em 1814, eles eram responsáveis por 21,4% da produção, ao passo que em 1829, significaram apenas 5,1%, ou seja, eram os 38 maiores produtores (45,8%) os responsáveis por pouco mais de 80% da produção.

TABELA 6

**Produção Agrícola de Açúcar dos Chefes de Domicílio pelo Tipo de Atividade.
Campinas: 1829.**

<i>ATIVIDADE</i>	<i>FAIXA DE PRODUÇÃO</i>				<i>TOTAL</i>
	<i>1-499</i>	<i>500-999</i>	<i>1.000-4.999</i>	<i>+5.000</i>	
<i>Sr. Engenho</i>	19	21	32	1	73
<i>Administrador</i>	0	2	4	1	7
<i>Planta Cana</i>	1	0	0	0	1
<i>Jorn. Escravos</i>	1	0	0	0	1
<i>Agricultor</i>	1	0	0	0	1
<i>Total de Produtores</i>	22	23	36	2	83
	26,5%	27,7%	43,4%	2,4%	100%
<i>Total da Produção</i>	6.077	15.970	86.148	12.000	120.195
	5,1%	13,3%	71,7%	9,9%	100%

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).



Tornar-se um senhor de engenho, a partir de então, parece que foi algo extremamente difícil para os agricultores. A época dos “plantadores de partido”, de roceiros que, com poucos escravos iniciavam uma plantação de cana, ficara no passado, no final do século XVIII, e talvez por isso, havia apenas um agricultor entre aqueles que produziam açúcar. Nesse momento, para Motta e Nozoe (1994, p.265) o fabrico do açúcar “dependia de uma dotação prévia de capital, mormente instalações do engenho e escravaria”.

3 - A POSSE DE ESCRAVOS EM CAMPINAS

O estudo da estrutura econômica que se instalou em Campinas no final do século XVIII leva-nos, necessariamente, ao estudo da posse de escravos, uma vez que, como vimos anteriormente, inúmeros fogos eram constituídos pela presença destes elementos. Também procuramos demonstrar como o desenvolvimento econômico afetou a constituição dos próprios domicílios, ou seja, com a expansão da lavoura canavieira houve a necessidade de introdução de uma quantidade maior de cativos, o que levou a modificar a composição de vários domicílios. Diante disto, resta-nos fazer algumas colocações acerca da estrutura escravista que foi instalada em Campinas nesse momento histórico.

Verificando alguns indicadores populacionais ao longo de vários anos, constatamos uma proporcional queda do número de pessoas livres dentro da população total, ao passo que o número de escravos seguiu na direção inversa, ou seja, proporcionalmente a sua população foi crescendo, até superar, de forma absoluta, a população de livres.

Pelo exposto na tabela 7, constatamos que o número médio de habitantes camufla um processo de queda na participação da população livre no decorrer dos anos, cuja diminuição chega ao seu ponto mínimo em 1829, quando grande parte das famílias de livres era constituída de 3 a 4 pessoas em média. A variação decrescente sofrida pela população livre indica que a sociedade campineira sofreu uma transformação significativa, deixando de ser uma sociedade “rural de autoconsumo” — com um elevado



índice de livres —, para ser uma região de “agricultura voltada para a comercialização”, em que a presença de escravos, principalmente, tornou-se preponderante.⁶

TABELA 7
Indicadores Populacionais, Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.

ESTRUTURA POPULACIONAL	ANO			
	1774	1794	1814	1829
<i>% de Livres na População Total</i>	71,4	65,3	54,1	38,4
<i>% de Agregados na População Total</i>	10,1	8,0	10,9	4,6
<i>% de Escravos na População Total</i>	18,5	26,7	33,8	56,2
<i>% de Escravos dos Agregados na População Total</i>	0	0	1,2	0,8
<i>N.º médio de Pessoas Livres por Domicílio</i>	6,0	4,8	4,2	3,5
<i>N.º médio de Agregados por Domicílio*</i>	2,6	2,4	3,3	2,6
<i>N.º médio de Escravos por Domicílio*</i>	3,5	6,7	9,4	14,7
<i>N.º médio de Escravos dos Agregados por Domicílio*</i>	0	0	9,2	7,3
<i>N.º médio de Pessoas por Domicílio</i>	8,4	7,5	7,8	8,9

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Nota: * Para a obtenção do número médio foram considerados apenas os domicílios onde havia a presença de escravos, agregados e escravos de agregados.

Na base dessa sociedade, o escravo passou a ganhar maior importância para o estabelecimento de uma economia agrária voltada ao comércio, e em 1814, quando a vila de Campinas ainda não tinha completado vinte anos de existência, a mesma já despontava como uma região com forte presença de mão de obra escrava para em 1829

6 No estudo de diversas localidades mineiras do início do século XIX, Iraci Del Nero da Costa (1982) propôs quatro categorias para a classificação das localidades: Urbana, Intermédia, Rural de Autoconsumo e Rural-Mineradora. Embora o nosso estudo seja de apenas uma sociedade em região não mineradora, o longo período permitiu visualizar, pelo menos, duas estruturas bem distintas em Campinas que se caracterizaram como Rural de Autoconsumo e Rural-Mineradora.



superar a antiga vila de Itu e muitas outras, com uma média de 14,7 escravos por proprietário. Luna e Klein (1990) estudando a posse de cativos em algumas localidades de São Paulo calcularam que a média de escravos por proprietários em Itu foi de 11,0, em Mogi de 4,6, e em São Paulo de 4,9.

O agregado, por sua vez, designado por Eni de Mesquita (1977)⁷ como aquele que nada possuía de seu, foi encontrado em Campinas até como senhor de escravos, embora sendo ínfima a parcela de agregados com essa condição social. Isto demonstra que o termo “agregado” não se destinava a rotular apenas pessoas desafortunadas. Além disso, outro aspecto importante a ser notado é que o agregado, enquanto mão de obra auxiliar poderia em uma economia de subsistência ter o seu papel mais valorizado, pois em 1774, a participação desse grupo correspondeu a 50% da mão de obra escrava, podendo ser disputada por diversos senhores de terras.⁸

Essa desvalorização do papel desempenhado pelo agregado sob o aspecto de mão de obra suplementar numa economia comercial não ocorreu somente em Campinas. Ao ser feita a distribuição da população geral de Itu como livres, escravos e agregados, entre os anos de 1773 e 1829, Mesquita (1977) observou que a participação deste último grupo também foi decrescente, partindo de 10% para 4%.

Enfim, a baixa participação dos agregados em 1829 denotou o estabelecimento efetivo da ordem escravocrata na região, impedindo o “processo de socialização que levaria as populações marginais a se integrarem plenamente no mundo que as circundava”, conforme avaliado por Campos (1984). Em oposição a esse quadro de crescimento do número de escravos, a cidade de São Paulo, em seu processo de urbanização, encontrou no agregado a solução para ocupar o lugar do escravo, pois no estudo de Kuznesof (1998) houve um aumento da população agregada na cidade, pois em 1765 era de 4,7%, em 1802 passou para 20,7%, e atingiu em 1836 a marca de 26%.

7 A autora aponta os agregados como sendo parentes, amigos ou estranhos que se congregavam a um grupo familiar.

8 Em 1774 havia 5 sítios “por carta de venda”, 8 por “escritura”, 7 em “terras devolutas”, 9 “sítio em posse”, e 10 “sítio a favor”.



Todavia, embora tivesse ocorrido um aumento da população escrava de maneira geral, o que percebemos é que a posse de escravos sempre foi importante fator de diferenciação social e econômica, constituindo em prestígio para os seus detentores, o que vale dizer que a propriedade escrava constituía grande parte de sua riqueza. Assim, ao utilizarmos o índice de Gini para cada um dos anos estudados, notamos o aumento da concentração de riqueza na localidade campineira, expresso pelo aumento do índice de Gini de 0,46 em 1774 para 0,52 em 1794, e de 0,63 em 1814 para 0,67 em 1829.⁹ Tais informações permitem notar a intensificação do processo de concentração de riqueza na forma de escravos entre o final do século XVIII e início do XIX, momento este em que a lavoura canvieira assumiu importante papel econômico na vila campineira.

Confirma essa posição o resultado apresentado pela tabela 8 que mostra a distribuição percentual dos escravistas e seus cativos por faixas de tamanho de plantéis veja:

TABELA 8
Distribuição Porcentual dos Proprietários de escravos e de Cativos
de acordo com Faixas de Tamanho dos Plantéis (FTP).

Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.

<i>FTP</i>	<i>% de Proprietários</i>				<i>% de Escravos</i>			
	<i>1774</i>	<i>1794</i>	<i>1814</i>	<i>1829</i>	<i>1774</i>	<i>1794</i>	<i>1814</i>	<i>1829</i>
<i>1</i>	24,0	16,2	19,8	21,4	6,9	2,4	2,1	1,5
<i>2 – 4</i>	60,0	39,2	39,6	26,9	43,7	15,8	11,6	4,9
<i>5 – 9</i>	12,0	18,9	16,4	16,2	22,9	17,1	11,7	7,2
<i>10 – 19</i>	0,0	20,3	8,4	14,4	0,0	39,2	12,4	13,7
<i>20 – 39</i>	4,0	4,1	9,4	9,5	26,5	14,5	27,8	17,2

⁹ Segundo Luna (1981, p.121) “O índice de Gini corresponde a um coeficiente estatístico largamente utilizado para medir concentração de renda e riqueza. (...) quanto mais regularmente se distribui a renda ou riqueza, mais próximo de zero estará o valor do índice (zero no limite); correlativamente, quanto mais concentrada estiver a riqueza ou renda, maior será o valor do aludido índice que, no máximo, iguala-se à unidade.”. Utilizamos a variável “posse de escravos” como uma *proxy* da variável “riqueza”.



40 e +	0,0	1,3	6,4	11,6	0,0	11,0	34,4	55,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Obs.: % = distribuição porcentual.

Ao considerarmos os proprietários de pequenas escravarias, ou seja, aqueles com menos de 5 cativos, notamos que os mesmos agregaram a maior parte dos senhores ao longo dos anos selecionados. Entretanto, quando avaliamos a posse de escravos nas mãos desses mesmos senhores notamos um movimento de queda dos números, representando a perda de importância desse grupo que, em 1774, detinha 50,6% de toda escravaria e, em 1829, chegou a compor apenas 6,4%.

Por outro lado, há o crescimento constante de escravistas com mais de 40 cativos, e os mesmos passaram a ser os responsáveis pela maior concentração de escravos nos anos de 1814, com 34,4%, e em 1829, com 55,5%. O número médio de escravos por proprietário para essa mesma faixa correspondeu a 50 cativos em 1814, e 70 em 1829.

Quando analisamos a proporção entre homens e mulheres na população escrava, percebemos nitidamente que a vinda de cativos do sexo masculino tornou-se preponderante, principalmente, a partir de 1794, momento que os engenhos começaram a proliferar na freguesia, conforme atesta a tabela 9:



TABELA 9

Razão de Sexo da População Escrava pela Faixa Etária

Campinas: 1778 – 1829

RAZÃO*	1778	1782	1786	1790	1794	1800	1817	1829
- 12	66	47	81	60	89	118	96	103
12 – 60	106	131	123	119	163	213	266	259
+ 60	300	250	200	350	600	600	411	644
Total	100	103	108	99	145	194	234	234

*A razão de sexo define-se como sendo o número de homens por um grupo de 100 mulheres.

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp). As Listas de 1767 e 1770 não registraram nenhum escravo, e a de 1774 apenas indica o número total de cativos em um fogo. Os dados para os anos de 1800, 1817 e 1829, foram coletados em MARTINS, 1996, p.32-34, e em virtude disso os dados para a faixa de -12 corresponde na realidade a faixa de até 9 anos, ao passo que a faixa seguinte corresponde de 10 a 59.

Embora houvesse a preferência por escravos do sexo masculino para o trabalho no campo, certo equilíbrio entre os sexos pode ser notado até cerca do ano de 1790, quando então as razões de sexo atingem 145 em 1794, 194 em 1800, 234 em 1817 e 1829. Sem dúvida, a lavoura canavieira mudou o comportamento dos escravistas em relação ao tipo de escravo a ser adquirido, e a partir de 1794, o interesse dos senhores passou a ser em comprar homens de 20 a 29 anos. Diante disso, a expansão da família escrava sofreu consequências pela falta de parceiros entre eles, embora não obstruindo a existência da mesma, segundo Slenes (1999).



TABELA 10
Casados e Viúvos como Porcentagem dos Escravos e Escravas
de 15 anos ou mais, por Tamanho de Faixa de Plantel
Campinas, 1778, 1801, 1829

<i>Tamanho de Faixa de Plantel</i>	<i>Homens com 15 anos ou mais</i>			<i>Mulheres com 15 anos ou mais</i>			<i>Razão de Sexo entre a população com 15 anos ou mais</i>		
	<i>1778</i>	<i>1801</i>	<i>1829</i>	<i>1778</i>	<i>1801</i>	<i>1829</i>	<i>1778</i>	<i>1801</i>	<i>1829</i>
<i>1 – 9</i>	19,2%	32,8%	20,0%	31,2%	39,2%	31,4%	163	123	170
<i>10 e +</i>	58,3%	29,3%	23,4%	42,8%	68,8%	60,2%	86	231	309
<i>TOTAL</i>	31,5%	30,1%	23,0%	36,6%	58,2%	55,4%	126	192	286

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp), 1778. Os dados para 1801 e 1829 foram coletados em SLENES, 1998, p. 75, Tabela 1.

Os dados apresentados na tabela 10 para a faixa de pequenos plantéis nos levam a concordar com a ideia de que uma grande barreira aos casamentos religiosos entre escravos era o pequeno rol de potenciais cônjuges. Por outro lado, entre os plantéis com 10 ou mais escravos, a razão de sexo pode determinar a proporção de homens e mulheres casados. Para o ano de 1778, notamos o predomínio do elemento feminino entre os cativos, favorecendo não só o casamento para os homens como também possibilitando a oportunidade de escolha de seu cônjuge. Este caso pode demonstrar como um dado sistema demográfico está associado a sua base econômica, podendo gerar a alteração em uma determinada variável demográfica, como o sexo.

Assim, procuramos mostrar que a entrada da lavoura canavieira em Campinas alterou a estrutura demográfica do contingente cativo que, forçadamente, foi instalando-se na região.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os preços do açúcar estimularam o povoamento em Campinas, mas só no final da década de 1790, garantiu Eisenberg (1989); portanto, os habitantes que se instalaram antes desse momento eram, principalmente, pessoas que se fixaram com o apoio familiar antes dos preços do açúcar começar a subir. Até 1814, esse processo de



crescimento, baseado na migração de pessoas oriundas de localidades diversas, favoreceu o crescimento da população livre de um modo geral. A partir do momento em que esse processo sofreu um arrefecimento, a população livre não acompanhou o aumento da população escrava, que a ultrapassou em 1829. Estas ideias sugerem que, enquanto havia terras disponíveis e de fácil acesso às populações de outros lugares, estas, incentivadas por parentes ou amigos, vinham e se instalavam, contribuindo assim para o crescimento de livres. Porém, nos anos que sucederam 1814, em que as grandes fazendas passaram a ocupar cada vez mais espaço para ampliar sua produção, e a importação de escravos se fez mais necessária, notamos a estabilização da população presente nos domicílios sem escravos, portanto livre.

A partir da primeira década do século XIX, a economia açucareira determinou uma mudança profunda no perfil demográfico, importando mais escravos e dificultando a entrada do contingente populacional livre de pardos e brancos pobres, que passaram a ir mais para o Oeste, onde as terras de boa qualidade, acompanhadas de outros estímulos, atraíam os novos moradores. Assim, lugares como Piracicaba, Rio Claro, Araraquara e outros devem ter sofrido processo colonizador semelhante, como indicado por Warren Dean (1977).

A Lista Nominativa de 1829 permitiu conhecer os grandes senhores de engenho. Esta elite agrária provinha de localidades vizinhas que, a exemplo de Itu, encaminhavam seus filhos para Campinas a fim de adquirirem terras, estabelecerem engenhos e multiplicar suas rendas. Ao estudar a produção dos engenhos, bem como a população cativa que neles trabalhava, percebemos a alta taxa de concentração dessas formas de riqueza nas mãos de uma minoria. Somente diante dessas informações podemos entender as elevadas médias de escravos por escravistas bem como a crescente concentração de cativos nas mãos de uma elite que se engrandeceu com o açúcar.



REFERÊNCIAS

CAMPOS, Alzira Lobo de A. A configuração dos agregados como grupo social: marginalidade e peneiramento (o exemplo da cidade de São Paulo no século XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n.17, p. 27-69, jul./dez. 1984.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*, estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. 5.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

COSTA, Iraci del Nero. *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*. São Paulo: EDEC, 1982.

COSTA, Dora Isabel P. da. *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre a família e população em Campinas, São Paulo (1765-1850)*. Niterói, UFF, 1997. (Tese de Doutorado em História da Universidade Federal Fluminense).

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres...* Campinas, S.P.: Ed. da Unicamp, 1989.

KIDDER, Daniel P.. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980.

KUZNESOF, Elizabeth A. The puzzling contradictions of child labor, unemployment, and education in Brazil. *Journal of Family History*, Thousand Oaks, v.23, n.3, p. 225-239, July 1998.

LEMOS BRITO, José G. de. *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980.

LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais (uma correspondência comercial do século XVIII)*. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão, 1973.

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.20, n.3, p. 349-379, set./dez. 1990.



MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena, S.P.: Editora Stiliano, 1998.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas; 1800-1850*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

MESQUITA, Eni de. *O papel do agregado na região de Itu - 1780 a 1830*. São Paulo: Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1977 (Coleção Museu Paulista, série História, v. 6).

MILLER, Shawn W. A madeira combustível na Bahia colonial: conseqüências sociais e econômicas da escassez de combustível, 1549-1820. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.25, n.1, p.115-145, jan./abr. 1995.

MOTTA, José F., NOZOE, Nelson. Cafeicultura e acumulação. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.24, n.2, p. 253-320, mai./ago. 1994.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio dum quadro estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

PETRONE, Maria T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1968.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976.

SLENES, Robert W.. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX. *População e Família*, São Paulo, v.1, n.1, p.9-82, jan./jun. 1998.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TEIXEIRA, Paulo E. *O outro lado da família brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

WEECH, Friedrich Von. *A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.